

Processo: 1092461

Natureza: Denúncia

Jurisdicionado: Município de Itacarambi

Denunciante: Ramon Campos Cardoso

Denunciados: Adenor Gonçalves de Souza, Dênio Humberto Santos, Nívea Maria de Oliveira, Jadel Construções Elétricas S/A, Ecel Engenharia e Construções Ltda e Lumen Construções Elétricas Ltda Epp.

Procuradores: Fábio Henrique Carvalho de Oliva (OAB/MG 141358), Vanessa Bavose de Souza (OAB/MG 111016), Carlos Pereira de Carvalho Júnior (OAB/MG 150401), Carolina Araújo Trade (OAB/MG 106145), Rodolfo de Souza Monteiro (OAB/MG 150079), Marco Antônio Landim (OAB/MG 168659).

MPTC: Maria Cecília Borges

RELATOR: CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO TELMO PASSARELI

I – RELATÓRIO

Tratam os autos de denúncia apresentada por Ramon Campos Cardoso, Prefeito do Município de Itacarambi de 2013 a 2016, em face de alegadas irregularidades no Processo Licitatório 44/2018, Tomada de Preços 03/2018, promovida pela Prefeitura Municipal de Itacarambi e que teve como objeto a “execução de obras de extensão de redes e iluminação pública, distribuição e utilização de energia com aquisição de materiais e serviços no Loteamento Tancredo Neves”.

A licitação teve valor estimado pela Administração em R\$ 851.270,03 e o objeto foi adjudicado à empresa Jadel Construções Elétricas S/A, tendo o Contrato 322/2018 sido firmado pelo valor inicial de R\$ 790.201,01.

O denunciante alegou, em síntese, que teria havido direcionamento da contratação e favorecimento indevido à empresa Jadel Construções Elétricas Ltda. EPP, devido à desclassificação da empresa CSC – Construtora Siqueira Cardoso Eirele, eliminando a concorrência.

Afirmou que haveria indícios de superfaturamento, uma vez que a obra teria sido contratada por mais do dobro do valor inicialmente estimado e que as aquisições de materiais teriam sido instruídas com orçamentos fabricados para justificar o preço pago pela contratada.

Alegou, ainda, que empresas licitantes pertenceriam ao mesmo grupo e apresentariam os mesmos responsáveis técnicos.

Aduziu que haveria pagamentos antecipados, sem o termo de medição, sem assinatura do gestor e da engenharia municipal.

A denúncia foi protocolizada em 19/02/2020, tendo o denunciante sido intimado pelo Conselheiro-Presidente a complementar a instrução processual (arquivo 2164041, peça 3).

Cumprida a diligência mediante a juntada das peças 6 e 7 (arquivos 2168326 e 2168327), a denúncia foi recebida por despacho da presidência em 23/07/2020 (arquivo 2167372, peça 5), tendo sido autuada e distribuída à relatoria do Conselheiro José Alves Viana (arquivo 2168331, peça 10).

Em análise inicial, a 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios (arquivo 2534168, peça 14) solicitou diligência para intimação dos responsáveis, a Sra. Nívea Maria de Oliveira,

Prefeita à época e subscritora do edital, o Sr. Dênio Humberto Santos, Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, e o Sr. Adenor Gonçalves de Souza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, para que apresentarem cópia integral do procedimento licitatório, bem como dos contratos e termos aditivos decorrentes, da documentação comprobatória da despesa (notas de empenho, notas de liquidação, notas fiscais, termos de medição, relatório fotográficos), além de esclarecimentos e justificativas necessários.

A Sra. Nívea Maria de Oliveira se manifestou às peças 22 a 24 (arquivos 2551925, 2552944 e 2551129) e 32 a 57 (arquivos 2562290, 2562282, 2562291, 2562287, 2562286, 2562285, 2562284, 2564461, 2562249, 2562283, 2562292, 2562281, 2562254, 2562280, 2562250, 2562251, 2562252, 2562253, 2562293, 2562255, 2562257, 2562278, 2562256, 2562288, 2562279 e 2562289), retornando os autos à 1ª CFM que, em exame inicial (arquivo 2727181, peça 62), anotou as seguintes irregularidades: i) deficiência na pesquisa de preços; ii) ligação de parentesco entre sócios das empresas consultadas na fase interna; iii) responsáveis técnicos comuns às empresas consultadas para orçamento; iv) falta de comprovação da qualificação dos membros da Comissão de Licitação; v) falta de experiência, conhecimento e habilidade de membro da Comissão de Licitação; vi) ausência de segregação de funções (servidores da Comissão de Licitações participaram do planejamento da contratação); vii) comprovação de capacitação técnico-profissional através de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme item 5.7.2 “b” do edital; viii) inabilitação da empresa CSC Siqueira Construtora por não apresentar ART, bem como por não reconhecer firma na Declaração de Dispensa de Visita Técnica (Anexo V); ix) reconhecimento de assinatura retroagindo a data na Declaração de Dispensa de Visita Técnica (Anexo V) apresentada pela empresa Jadel Construções; x) ausência de servidores efetivos para cargos de contador e advogado; e xi) contador contratado prestando serviço para o Município e para o IPREMI – Instituto de Previdência do Município de Itacarambi.

Por sugestão da 1ª CFM, os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Fiscalização de Obras – CFOSE e Serviços de Engenharia e à Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão – CFAA.

A CFAA se manifestou à peça 64 (arquivo 3006223) e propôs diligência para solicitar ao gestor municipal esclarecimentos sobre o motivo pelo qual os cargos de contador e de advogado são cargos comissionados e não efetivos, bem como para informar quais as funções realizadas por esses profissionais no Município.

Quanto ao acúmulo das funções de contador no Município e no IPREMI, sugeriu solicitação de comprovação do vínculo efetivo ou temporário da Sra. Alessandra Bavosi, bem como encaminhamento da legislação que rege os Planos de Cargos e Salários do Município e do IPREMI.

A CFAA também levantou indício de acumulação indevida de funções públicas pela Sra. Joselita Vieira Mendes nos Municípios de São Francisco e Itacarambi e sugeriu diligência para que os respectivos gestores esclarecessem sobre a função pública exercida pela servidora, as respectivas datas de ingresso e de eventual dispensa em cada Município.

A CFOSE também propôs a realização de diligência para encaminhamento de documentação complementar à instrução processual, a fim de subsidiar a análise inicial (arquivo 3134551 peça 73).

Intimados, a Sra. Nívea Maria de Oliveira, Prefeita de Itacarambi, e o Sr. Miguel Paulo Souza Filho, Prefeito de São Francisco, não se manifestaram, conforme certidões de peça 69 (arquivo 3033401) e peça 78 (arquivo 3188997).

Diante disso, o então relator determinou nova diligência para que os gestores prestassem as

informações e encaminhassem a documentação solicitada pela CFAA e CFOSE, designando-lhes prazo de 10 dias para cumprimento, sob pena de multa, nos termos do art. 85, III da Lei Complementar 102/2008 (arquivo 3248997, peça 81).

Frustrada novamente a diligência, o processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão da Segunda Câmara de 03/10/2023, tendo sido proferido o acórdão de peça 89 (arquivo 3372520), no qual o Colegiado aplicou aos referidos gestores multa individual de R\$5.000,00 e determinou nova intimação para envio dos documentos e informações no prazo de 5 dias, sob pena de multa de R\$10.000,00.

Em cumprimento à decisão foram autuados os Processos 1160322 e 1160323, Assunto Administrativo- Multa/Apartado, conforme certidão da Coordenadoria de Protocolo e Triagem de peça 95 (arquivo 3420432).

Intimados, o Sr. Miguel Paulo Souza Filho apresentou cópia da documentação solicitada, peças 102 a 107 (arquivos 3453518, 3453540, 3453539, 3453541, 3453517 e 3453516) e a Sra. Nívea Maria de Oliveira apresentou manifestação e documentos às peças 115 a 137 (arquivos 3541085, 3541075, 3541046, 3541047, 3541048, 3541049, 3541050, 3541051, 3541072, 3541078, 3541087, 3541086, 3541874, 3541084, 3541083, 3541082, 3541081, 3541080, 3541079, 3541076, 3541077, 3541074 e 3541073).

Em 03/04/2024, o processo foi redistribuído à minha relatoria (arquivo 3571887, peça 144).

A CFOSE concluiu a análise inicial e sua análise complementar, juntando os respectivos relatórios às peças 147 148 (arquivos 3720209 e 3889581).

Em seguida, o Ministério Público de Contas se manifestou previamente sem aditar a denúncia, requerendo apenas a citação dos responsáveis, Nívea Maria de Oliveira, Prefeita municipal de Itacarambi; João Bosco Lima, Secretário Municipal de Obras à época; Dênio Humberto Santos, Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos à época; bem como dos representantes legais das sociedades empresárias Jadel Construções Elétricas S.A., Ecel Engenharia e Construções LTDA e Lumen Construções Elétricas LTDA EPP (arquivo 3913207 peça 150).

A citação foi determinada por despacho exarado à peça 151 (arquivo 3915058).

As citações foram realizadas com juntada dos avisos de recebimento às peças 153 (arquivo 3943734) e 156-159 (arquivos 3945942, 3950583, 3950591 e 3954366).

Frustrada a tentativa de citação da empresa Ecel Engenharia e Construções Ltda., conforme certidão de peça 161 (arquivo 3957259), foi realizada a citação por edital, cujo comprovante de publicação foi juntado à peça 162 (arquivo 3972842).

A Sra. Nívea Maria de Oliveira e os Srs. João Bosco Lima, Adenor Gonçalves de Souza e Dênio Humberto Santos ofereceram defesa com documentos às peças 166-174 (arquivos 4019526, 4019527, 4019528, 4019535, 4019530, 4019531, 4019532, 4019534 e 4019529).

A empresa Jadel Construções Elétricas S.A. apresentou manifestação à peça 163 (arquivo 3976890), requerendo a dilação do prazo para apresentação de defesa, o que foi indeferido por despacho acostado à peça 177 (arquivo 4047701).

O exame das defesas foi realizado pela CFOSE à peça 181 (arquivo 4116468), seguido do parecer conclusivo do Ministério Público de Contas acostado à peça 183 (arquivo 4166845).

Em 17/06/2025, vieram-me os autos conclusos.

Em 11/07/2025, recebi em meu gabinete o documento 9001140400/2025, por meio do qual a Sra. Nívea Maria de Oliveira, ex-Prefeita Municipal de Itacarambi, apresenta esclarecimentos adicionais acerca dos fatos denunciandos, bem como documentação complementar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro em exercício Telmo Passareli



Em homenagem ao princípio da busca pela verdade material, determinei a juntada do documento (peça 185, cód. arquivo 4200876), vindo-me os autos novamente conclusos.

É o relatório.

À **Secretaria da Primeira Câmara** para inclusão em pauta.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.

TELMO PASSARELI
Relator